

## **GÊNERO: RE-CONSTITUIR MODOS DE PENSAR, ENSINAR E FAZER EM SAÚDE E ENFERMAGEM**

Dagmar E. Estermann Meyer[1]

Venho afirmando, em alguns eventos e artigos, que hoje já não precisaríamos mais estar afirmando que as dimensões de gênero e sexualidade são relevantes para a teorização social, cultural e política contemporânea. De fato, desde o final dos anos 70 do século XX, uma ampla, complexa e profícua produção acadêmica vem ressaltando a impossibilidade de se ignorarem relações de gênero e sexualidade quando se busca analisar e compreender questões sociais em sentido amplo. Estudiosas/os e pesquisadoras/es de várias nacionalidades e filiações teóricas e disciplinares participaram e continuam participando da construção desses campos, numa perspectiva que focaliza tanto relações de gênero e sexualidade quanto suas importantes articulações com dimensões como raça/etnia, classe, geração, nacionalidade, religião, dentre outras. Esse movimento que, no plano acadêmico internacional, surgiu com os departamentos de *Women Studies* e que, posteriormente, se ampliou para os *Gender Studies* e para os *Gays's and Lesbian's Studies* multiplicou-se, em muitas instituições, e serviu como impulsionador de uma ampla gama de pesquisas que passou a interrogar, a partir de perspectivas diversas, campos como a educação, a história, o direito, a literatura, a arte, a saúde, a teologia, a política, etc. A expansão no plano internacional, no entanto, não se visibiliza do mesmo modo nos currículos formais de graduação e pós-graduação na área de saúde do País e, apesar da existência de vários núcleos e grupos de estudo sobre o tema, cadastrados no CNPq, é possível dizer que continua existindo uma lacuna curricular no que diz respeito a essas temáticas e que elas ainda não aparecem, com muito destaque e com regularidade, na pauta dos grandes eventos e na agenda editorial de revistas importantes da área da saúde (cf., por exemplo, Meyer et al. 2004).

Isso, no entanto, não nos impede de apontar alguns resultados bastante visíveis dos investimentos teóricos e políticos que têm sido feitos nessa temática. Um deles é o re-conhecimento, - hoje quase 'naturalizado' - de que ao longo da história, na maioria das sociedades e culturas conhecidas, as mulheres estiveram, e continuam, inseridas em posições de subordinação e de desigualdade, as quais assumem contornos muito específicos nas relações de poder que definem relações de trabalho, de conjugalidade ou parceria sexual, dentre muitas outras. No contexto desses investimentos, não se pode deixar de referir, também, que foi a necessidade de qualificar possíveis formas de intervenção política, com as quais se pretendia modificar estas condições, que demandou esforços mais consistentes em produção de conhecimento e desenvolvimento sistemático de estudos que tivessem como objetivo não só reconhecer e denunciar, mas, sobretudo, romper com a homogeneidade e a linearidade com que a subordinação social e a invisibilidade política de mulheres, no plural, vinham sendo tematizadas.

Localiza-se, nesse contexto, uma dimensão que marcou significativamente o campo dos estudos feministas, nacional e internacionalmente, qual seja: o da inserção e adoção do conceito de gênero, nos países anglo-saxões, nos anos 70 do século XX. No Brasil, este movimento de incorporação do conceito se fez, fundamentalmente, tomando como referência o texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, de Joan Scott (1995), que já é considerado como um clássico na área. Um olhar atento sobre o campo, no entanto, evidencia que, dentro da pluralidade e da conflitualidade teórica e política que caracterizam os estudos feministas desde sua emergência, também o termo gênero seria incorporado e (continua sendo) utilizado de maneiras bastante diferentes e conflitantes. Poder-se-ia, pois, apontar aqui dois ou três grandes debates e formas de incorporação do conceito para caracterizar melhor a produção atual nesse campo de estudos.

Nesse sentido pode-se começar dizendo que a discussão teórico-epistemológica que permitiu deslocar as explicações sobre as diferenças e desigualdades do plano da natureza e da biologia para a cultura instaurou uma primeira grande divisão no campo dos estudos feministas: entre aqueles estudos que

trabalham com o pressuposto – mais ou menos visível - da existência de uma essência (biológica, psíquica ou social) que define o feminino e o masculino a priori – os chamados feminismos da diferença ou feminismos que apostam na existência de culturas femininas, em seus diversos aportes – e aqueles estudos que trabalham com o pressuposto de que as diferenças são produzidas como tais no contexto do social e da cultura e é aí que elas passariam a funcionar como operadoras de desigualdades sociais – um pressuposto que está inscrito no próprio conceito de gênero e que é radicalizado naquelas vertentes que se aproximam das abordagens pós-estruturalistas. O feminismo pós-estruturalista, aproximando-se de teorizações como as desenvolvidas por Michel Foucault e Jaques Derrida, assume que gênero remete a todas as formas de construção social, cultural e lingüística implicadas com processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo aqueles processos que produzem seus corpos, distinguindo-os e nomeando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade.

Estamos falando, aqui, de um debate que se instaura, também em outros campos de estudos, entre abordagens chamadas de essencialistas e abordagens construcionistas, as quais podem ser, cada uma delas, desdobradas em muitas vertentes teóricas. Um dos efeitos práticos do confronto entre essas perspectivas ficou bastante visível, no plano político, nas três edições do Fórum Social Mundial, quando vários grupos defenderam uma feminização da política, dos modos de governar, de gerir e se relacionar com os recursos naturais, etc... o que não apenas supõe a existência de um modo feminino de ser, em qualquer tempo e lugar, como ainda inscreve nesse modo de ser valores intrínsecos de positividade, em contraponto a modos masculinos de ser, os quais são valorados como sendo intrinsecamente negativos.

Uma outra possibilidade de classificar, em grandes linhas, os estudos desenvolvidos no âmbito do feminismo tem relação com a categoria de análise utilizada: Mulher ou gênero, a partir da qual se pode dividir o campo em Estudos de Mulher e Estudos de Gênero. Os estudos de mulher tomam a categoria mulher (mais recentemente alguns desses estudos já vem trabalhando com a categoria mulheres) como sujeito e objeto exclusivos de suas análises e argumentam que o feminismo está comprometido com esse sujeito em particular. As estudiosas e militantes desse campo entendem que o uso do termo gênero, dentre outras coisas, inclui as mulheres sem as nomear e, nesse sentido, invisibilizaria o sujeito da luta política feminista que é a mulher.

O conceito de gênero é um conceito relacional, que sinaliza não apenas para as mulheres e nem mesmo toma exclusivamente suas condições de vida como objeto de análise e esse é um segundo aspecto do debate político que envolve o seu uso no campo. O conceito traz implícita a idéia de que as análises e as intervenções empreendidas devem considerar as relações entre mulheres e homens e as muitas formas sociais e culturais que os constituem como “sujeitos de gênero”. Se, como enfatizou Simone de Beauvoir, nós não nascemos mulheres, nós nos tornamos mulheres, o mesmo se pode dizer dos homens. Desde essa perspectiva seria preciso, portanto, analisar os processos, as estratégias e as práticas sociais que constroem e produzem esses sujeitos como mulheres e homens de um determinado tipo, sobretudo se quisermos investir em possibilidades de propor intervenções que permitam modificar minimamente as relações de gênero vigentes na sociedade em que vivemos.

Aliás, desde essa perspectiva, mudanças nas relações sociais implicariam em deslocamentos que abarcam o feminino e o masculino, porque uma relação implica sempre mais do que um e também não é a mera sobreposição de dois ou mais. Uma relação é algo que se produz pela articulação de, no mínimo dois, e ela nunca é redutível a apenas um dos pólos dessa articulação. Isso não quer dizer, evidentemente, que não se podem investigar, sob a ótica de gênero, questões ou problemas que tomam a mulher como foco ou referência; isso quer dizer que essa perspectiva modifica os modos de aproximar-se desse foco e de teorizar sobre ele, uma vez que se vai trabalhar com o pressuposto de que esse feminino que está em foco, se produz em relação; ele é, portanto, dependente não só de uma dada forma de definição e de investimento no masculino, naquele mesmo tempo e lugar (ser mulher é ser o que o homem não é ou vice-versa), como também se define pela articulação de gênero com outras categorias

sociais como raça/etnia, classe social, sexualidade, religião, nacionalidade, geração e cada uma dessas articulações pluraliza e modifica as possibilidades de se viver a masculinidade e a feminilidade em cada tempo e lugar.

Em uma posição intermediária – tanto no que se refere ao debate essencialismo X construcionismo, quanto no que se refere ao debate mulher X gênero – vamos encontrar aqueles estudos que utilizam a categoria gênero como sinônimo de mulher ou, ainda, aqueles que o utilizam entendendo-o como complemento ou oposição da noção de sexo, para referir-se aos comportamentos, atitudes ou traços de personalidade que a cultura inscreveria sobre um corpo sexuado a priori. Nestes estudos, a ênfase na construção social de gênero não foi, necessariamente, acompanhada de problematizações acerca de uma ‘natureza’ biológica universalizável do corpo e do sexo. Ou seja, continua-se operando, neles, com o pressuposto de que o social e a cultura agem *sobre uma base biológica universal* que os antecede.

Tais formas de teorizar e de operar com o conceito de gênero implicariam em importantes desdobramentos teóricos e políticos, nos vários campos de estudo que o assumiram em suas análises. O campo da saúde é, mais recentemente, um dos campos em que se podem avaliar tais desdobramentos. Em um artigo em que mapeia o ‘estado’ da discussão acerca das relações entre gênero e saúde, no Brasil, Sônia Correa (2002, p. 362) assinala que a ampla temática que engloba “saúde, gênero, reprodução e sexualidade” constitui, hoje, um campo de estudos consolidado no Brasil. Ela pontua que, mesmo assim, “ainda não é possível afirmar que gênero (...) tenha sido, definitiva e solidamente incorporado ao instrumental dos estudos em saúde”; exatamente por isso, ela sugere a ampliação dos enfoques e do repertório de questões que norteiam os estudos que operam com a noção, nesse campo. E é exatamente esse o objetivo desta fala, nesta mesa: o de argumentar a favor da produtividade de inserção da abordagem de gênero para o pensar, o fazer e o ensinar na área da saúde e, em especial, na enfermagem.

Passo, pois, a delinear, muito rústica e brevemente, alguns dos principais temas/problemas que vêm compondo a agenda de pesquisa na articulação entre gênero e saúde, sobretudo a partir dos anos 90 e, para isso, quero começar com um alerta: não procedi a um levantamento bibliográfico sistemático para delimitar esses temas e os autores e autoras e que nomeio estão longe de se constituir como as únicas referências para o desenvolvimento desses estudos. Tais autores e autoras, muito mais localizados na interface que se estabelece entre os campos das Ciências Sociais e Humanas com a saúde, quando se trata de discutir dimensões que envolvem o gênero, são aqueles que circulam nos contextos em que eu estou inserida e é apenas esse o critério que utilizo para nomeá-los. Eles podem, talvez, ser úteis para quem se interessa por essas questões.

Gênero também se vem colocando como uma temática de pesquisa importante na área da saúde, se excluirmos dela a Medicina flexneriana. Nessa direção, desde o final dos anos 80, especialmente naquelas profissões voltadas para o cuidado, se investiu bastante na discussão da divisão sexual do trabalho em saúde, os efeitos da feminização sobre a estruturação e valorização do fazer profissional, o sexismo incorporado aos processos de formação, etc...Esse, aliás, é o viés a partir do qual o conceito de gênero é introduzido na área da enfermagem e existe um conjunto bem importante de trabalhos que investiram nessa temática. Só para citar alguns: Maria José de Lima, sem dúvida a precursora dessa temática na área da enfermagem, Cristina Loyola, Marta Júlia Lopes, Vera Waldow, Maria Cecília Puntel de Almeida e, também, a minha dissertação de mestrado.

No que se refere aos estudos que discutem as relações entre gênero e saúde, enquanto modos de ser e de viver saudáveis ou não, é possível dizer que, no Brasil, há mais de 20 anos têm sido pesquisados, por exemplo, efeitos das desigualdades de gênero sobre a saúde das mulheres e tais estudos tiveram e têm um impacto importante sobre a elaboração e implementação das políticas públicas de saúde da mulher e/ou saúde sexual e reprodutiva. Nesse contexto, os editais para apoio à pesquisa financiadas pela

Fundação Ford e McArthur, em articulação com a Fundação Carlos Chagas tiveram um papel importante na construção de conhecimentos que articulam gênero, saúde e sexualidade. Outro pólo irradiador importante de pesquisa nessa área é a RedeFeminista em saúde, a qual tem também uma presença forte na arena política e na proposição de ações de intervenção nesse campo. Na área da enfermagem, temos os grupos que se estruturam em torno de Marli Mamede, na USP de Ribeirão, e em torno de Rosa Serpa, na USP de São Paulo, ou em torno de Eleonora Menicucci, na antiga Escola de Enfermagem da Paulista, atualmente Unifesp ou, ainda, em torno de Álvaro Pereira, Elisete Passos, Silvia Lucia Ferreira e Enilda Rosendo do Nascimento, na UFBA, para citar alguns.

Apesar desses aspectos importantes pode-se dizer, no entanto, que a incorporação de gênero como categoria de análise na área de saúde não se fez de forma homogênea e que há, digamos assim, alguns “bolsões” onde essa incorporação se fez de forma mais consistente, visível e contínua, quais sejam:

- a discussão em torno da problemática que envolve a área chamada de saúde da mulher e mais recentemente, de saúde sexual e reprodutiva, de forma agregada aos direitos sexuais e reprodutivos. Destacam-se, aqui, os estudos desenvolvidos no âmbito da Redefeminista e por autoras como Maria Betânia Ávila, Wilza Villela e Sônia Correa, Elza Berquó, Fátima de Oliveira, por exemplo;
- um recorte desse tema acima envolve o uso das tecnologias reprodutivas e seus efeitos na vida e sobre a saúde das mulheres, em especial, e a Revista Estudos Feministas e a Phisys têm publicado estudos importantes sobre esse tema; Lucila Scavonne é um dos nomes que pode ser lembrado no contexto dessa temática;
- discussões que envolvem a relação entre gênero, sexualidade e AIDS. Esse é um dos “bolsões” em que a incorporação de gênero se deu com maior consistência, na área da saúde. Temos muitos grupos e centros de estudo, dentro e fora das universidades, que investem nessa temática. Só a título de exemplo eu citaria a ABIA como um importante pólo irradiador desses estudos, lembrando que ela inclusive disponibiliza gratuitamente suas publicações no *site* da instituição. Também aqui no RS, bem próximo de nós, o NUPACS, na UFRGS, tem desenvolvido estudos interessantes nessa vertente. Daniela Knauth, por exemplo, tem discutido os sentidos da Aids e do preservativo junto a mulheres de classes populares. Pode-se acrescentar a eles também as teses de doutorado de Dora Lúcia de Oliveira (que discute os sentidos que adolescentes do sexo feminino atribuem à negociação do sexo seguro), da ENF-UFRGS, bem com a pesquisa que terminamos recentemente e que problematizou, junto a agentes comunitários de saúde, algumas das representações de gênero produzidas e/ou veiculadas pelos anúncios televisivos de prevenção ao HIV/AIDS que integram as campanhas de prevenção do Ministério da Saúde;
- outra temática em que gênero foi incorporado com mais consistência envolve a discussão das relações entre gênero e violência doméstica e duas pesquisadoras que, em âmbito nacional, têm-se dedicado a ele são Helleiht Saffioti e Miréya Suárez. Também Lourdes Bandeira tem discutido essa e outras questões do ponto de vista de gênero, considerando seus atravessamentos nas políticas públicas. No Rio Grande do Sul Janice Porto e Ana Dagord defenderam, recentemente, dissertações de mestrado interessantíssimas sobre essa temática e Marta Júlia Marque Lopes tem constituído um grupo de pesquisa que investe bastante nessa discussão.

Se temos aqui, um mapeamento amplo e, ao mesmo tempo bastante rústico e impreciso, das agendas de pesquisa que problematizam questões de gênero na área da Saúde, me cabe ainda abordar, de forma breve, o que eu penso que sejam alguns dos desafios teóricos e políticos que, de meu ponto de vista, temos que enfrentar para ampliar e, sobretudo, consolidar essas vertentes de estudos, na enfermagem brasileira:

- o primeiro é mais ou menos óbvio e envolve perguntar-se em que medida gênero tem sido, de fato, incorporado como teoria e como operador, ou se ele não está sendo usado como sinônimo de mulher. Ou seja: perguntar-se quais são as implicações de adotar uma ou outra categoria de análise e efetivamente operar com ela;
- afastar-se, ou pelo menos ir além das questões de pesquisa que envolvem a discussão de papéis/funções de homem e de mulher, as quais ainda são as mais exploradas nos estudos desses campos;
- investir em estudos que busquem problematizar, de forma consistente, os diferentes modos pelos quais gênero se articula com outras categorias sociais, tais como classe (já mais explorada) e, sobretudo, raça/etnia, geração, religião, modificando-se e modificando-as nessa articulação, com que efeitos, para quais grupos sociais;
- incorporar de forma mais efetiva, a dimensão relacional da categoria gênero, nas análises que fazemos. Isso envolve perguntar-se, por exemplo, que tipos de masculinidades vão sendo produzidas em relação ou como contraponto às feminilidades que são focalizadas em nossos estudos ou, inclusive, em decorrência de nossos estudos. Por exemplo, no caso da discussão sobre o posicionamento das mães em programas como o de incentivo ao aleitamento materno ou os que investem no cuidado à primeira infância, para além de perguntar-se acerca dos efeitos que isso tem sobre as mulheres é preciso perguntar-se, também, que efeitos a quase não referência ao pai pode ter sobre a produção social da paternidade; ou ainda, quais são os efeitos que a centralidade que se outorga à mulher como cuidadora e responsável pelo bem-estar familiar, que está presente em quase todos os saberes que norteiam as políticas e as práticas na área da saúde materno-infantil, exerce não só sobre as mulheres, mas também sobre os homens;
- Por último, eu penso que temos explorado muito pouco o pressuposto de que gênero é constitutivo da própria organização social e cultural. Ou seja: que precisaríamos mesmo problematizar os pressupostos de gênero que estão imbricados nos conhecimentos que produzimos ou com os quais lidamos, nas práticas sociais que desenvolvemos e recomendamos, nas políticas e programas que ajudamos a conceber ou implementar, e é esse exercício que eu venho tentando fazer, em minhas pesquisas e naquelas que oriento, nos últimos anos, etc. Penso que o pequeno número de pesquisas nessa direção tem dificultado que nos demos conta de que tais conhecimentos, política e práticas muitas vezes acabam por reiterar algumas das relações, comportamentos e/ou práticas de gênero e sexuais que pretendemos transformar ou romper.

## Referências

CORREA, Sônia. Gênero e saúde: campo em transição. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC/ Editora 34, 2000. p.357- 388.

LOURO, Guacira. L. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma abordagem pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEYER Dagmar. Teorias e políticas de gênero: fragmentos de histórias e desafios atuais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 57, n. 1, p.13-8, jan./fev. 2004.

MEYER, Dagmar; RIBEIRO, Claudia; RIBEIRO, Paulo R. M. *Gênero, sexualidade e educação: 'olhares' sobre algumas das perspectivas teórico-metodológicas que instituem um novo G. E.* 27ª Reunião Anual da ANPED; Caxambu/MG, 21 a 24 de novembro de 2004 (Trabalho encomendado pelo

G. E. Gênero, Sexualidade e Educação).

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-42, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-100, 1995.

[1] Enfermeira. Doutora em Educação. Professora Adjunto na Faculdade de Educação da UFRGS, pesquisadora e atual coordenadora do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE) na mesma instituição.

---

Creutzberg M, Funck L, Kruse MHL, Mancia JR, organizadores. Livro-Temas do 56º Congresso Brasileiro de Enfermagem; Enfermagem hoje: coragem de experimentar muitos modos de ser [livro em formato eletrônico]; 2004 Out 24-29 [capturado 23 Abr de 2007]; Gramado (RS), Brasil. Brasília (DF): ABEn; 2005. Disponível em: <http://bstorm.com.br/enfermagem>. ISBN 85-87582-23-2

[fechar](#)

[imprimir](#)